

Volvo Administradora de Consórcio Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Administração da
Volvo Administradora de Consórcio Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Volvo Administradora de Consórcio Ltda. (“Consórcio”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2023 e das variações nas disponibilidades de grupos para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Volvo Administradora de Consórcio Ltda. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como a posição patrimonial e financeira das demonstrações dos recursos de consórcios consolidadas em 30 de junho de 2023 e das variações nas disponibilidades de grupos consolidadas para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Consórcio, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Consórcio é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Consórcio continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Consórcio ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Consórcio são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Consórcio.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Consórcio. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Consórcio a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de agosto de 2023

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

A. Oliveira
Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº 1 MG 119313/O-3

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

| <u>ATIVO</u> | <u>Nota explicativa</u> | <u>30 de junho de 2023</u> | <u>31 de dezembro de 2022</u> | <u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u> | <u>Nota explicativa</u> | <u>30 de junho de 2023</u> | <u>31 de dezembro de 2022</u> |
|-------------------------------|-------------------------|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|-------------------------|----------------------------|-------------------------------|
| Disponibilidades | | 13 | 12 | Provisões | 8 | 9.987 | 8.115 |
| Ativo financeiros | | 118.359 | 162.170 | Fiscais, trabalhistas e cíveis | | 8.494 | 7.006 |
| Títulos e valores mobiliários | 3 | 118.359 | 162.170 | Perda nos grupos | | 1.176 | 790 |
| Outros valores e bens | 4 | 87.339 | 57.308 | Outras provisões | | 317 | 319 |
| Outros créditos | 5 | 12.083 | 10.839 | | | | |
| Créditos tributários | 12.a | 1.408 | 5.400 | Outras obrigações | | 109.114 | 90.320 |
| Imobilizado de uso | | - | - | Fiscais e previdenciárias | | 4.945 | 9.943 |
| Outras imobilizações de uso | | 520 | 520 | Recursos a devolver a consorciados | 6 | 4.589 | 4.460 |
| Depreciação acumulada | | (520) | (520) | Pagamentos a efetuar | 7 | 23.911 | 24.321 |
| Intangível | | 678 | 558 | Taxa de Administração a apropriar | 9 | 75.669 | 51.596 |
| Ativo intangível | | 1.064 | 902 | | | | |
| Amortização acumulada | | (386) | (344) | | | | |
| | | | | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 100.779 | 137.852 |
| | | | | Capital social | | 21.956 | 21.956 |
| | | | | Outros resultados abrangentes | | (300) | (750) |
| | | | | Lucros acumulados | | 79.123 | 116.646 |
| TOTAL DO ATIVO | | 219.880 | 236.287 | TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 219.880 | 236.287 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E DE 2022
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

| | Nota explicativa | Semestre findo em 30 de junho de 2023 | Semestre findo em 30 de junho de 2022 |
|--|---------------------|--|--|
| RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 7.691 | 6.861 |
| Rendas de títulos e valores mobiliários | | 7.691 | 6.861 |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 7.691 | 6.861 |
| OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS | | 41.285 | 26.833 |
| Receitas de prestação de serviços (taxa de administração) | | 68.573 | 44.146 |
| Outras receitas/despesas operacionais | | 1.535 | - |
| Despesas financeiras | | (273) | (101) |
| Despesas administrativas | 14 | (13.849) | (7.771) |
| Despesas com amortização e depreciação | | (41) | (32) |
| Despesas tributárias | 13 | (10.113) | (8.104) |
| Outras despesas operacionais | 15 | (4.547) | (1.305) |
| Contingências cíveis e fiscais | | (1.488) | (791) |
| Outras operacionais | | (27) | (76) |
| Riscos Grupo de Consórcio | | (3.032) | (438) |
| RESULTADO OPERACIONAL | | 48.976 | 33.693 |
| RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | 48.976 | 33.693 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 12 | (16.499) | (11.422) |
| Provisão para imposto de renda | | (9.183) | (9.049) |
| Provisão para contribuição social | | (3.324) | (3.270) |
| IR/CS diferidos | | (3.992) | 896 |
| LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE | | 32.477 | 22.272 |
| QUANTIDADE DE COTAS | 11 | 21.955.074 | 21.955.074 |
| LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR COTA - EM REAIS | | 1,48 | 1,01 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

| | Semestre findo em 30 de junho de 2023 | Semestre findo em 30 de junho de 2022 |
|---|--|--|
| LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE | 32.477 | 22.272 |
| Outros resultados abrangentes | | |
| Ajuste a Valor Justo - Títulos disponíveis para venda | 682 | - |
| Efeito fiscal | (232) | - |
| Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido do semestre | 450 | - |
| RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE, LÍQUIDO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | <u>32.927</u> | <u>22.272</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

| | Capital social | Reserva legal | Ajuste a Valor Justo TVM | Lucros acumulados | Total |
|----------------------------------|----------------|---------------|--------------------------|-------------------|----------------|
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 | <u>21.956</u> | <u>2.603</u> | <u>-</u> | <u>107.896</u> | <u>132.454</u> |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | 22.272 | 22.272 |
| Distribuição de lucros | - | - | - | (50.000) | (50.000) |
| SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 | <u>21.956</u> | <u>2.603</u> | <u>-</u> | <u>80.168</u> | <u>104.726</u> |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 | <u>21.956</u> | <u>-</u> | <u>(750)</u> | <u>116.646</u> | <u>137.852</u> |
| Ajuste a Valor Justo TVM | - | - | 450 | | 450 |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | 32.477 | 32.477 |
| Distribuição de lucros | - | - | - | (70.000) | (70.000) |
| SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 | <u>21.956</u> | <u>-</u> | <u>(300)</u> | <u>79.123</u> | <u>100.779</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

| | Semestre findo em 30 de junho de 2023 | Semestre findo em 30 de junho de 2022 |
|--|--|--|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 48.976 | 33.693 |
| Ajustes ao lucro antes dos impostos | <u>1.529</u> | <u>1.337</u> |
| Depreciações e amortizações | 41 | 32 |
| Provisões para contingências e para perdas nos grupos de consórcio | 1.488 | 1.305 |
| LUCRO AJUSTADO | <u>50.505</u> | <u>35.030</u> |
| Variação nos ativos e passivos | | |
| (Aumento) Redução em outros créditos | (27.283) | (14.583) |
| (Redução) Aumento em outras obrigações | 17.605 | (6.866) |
| Imposto de renda e contribuição pagos | <u>(14.926)</u> | <u>(13.978)</u> |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | <u>25.901</u> | <u>(397)</u> |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| (Aumento) Redução em títulos disponíveis para venda | 44.262 | 50.503 |
| Aplicação no intangível | <u>(162)</u> | <u>(90)</u> |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | <u>44.100</u> | <u>50.413</u> |
| FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | | |
| Dividendos (pagos) | <u>(70.000)</u> | <u>(50.000)</u> |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | <u>(70.000)</u> | <u>(50.000)</u> |
| AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | <u>1</u> | <u>16</u> |
| Início do semestre | 12 | 18 |
| Fim do semestre | 13 | 34 |
| AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | <u>1</u> | <u>16</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R\$)

| <u>ATIVO</u> | <u>30 de junho de 2023</u> | <u>30 de junho de 2022</u> | <u>PASSIVO</u> | <u>30 de junho de 2023</u> | <u>30 de junho de 2022</u> |
|---|--------------------------------|--------------------------------|--|--------------------------------|--------------------------------|
| Disponibilidades | 105 | 306 | Outras obrigações | <u>1.212.975</u> | <u>1.005.198</u> |
| Aplicações financeiras | 363.989 | 277.204 | Obrigações diversas | <u>1.212.975</u> | <u>1.005.198</u> |
| | | | Obrigações com consorciados | 783.326 | 657.613 |
| DIREITOS JUNTO A CONSORCIADOS CONTEMPLADOS | <u>848.881</u> | <u>727.688</u> | Valores a repassar | 27.025 | 25.697 |
| Bens retomados ou devolvidos | 466 | 750 | Obrigações por contemplações a entregar | 310.662 | 229.118 |
| Normais | 829.169 | 706.518 | Recursos a devolver a consorciados | 63.928 | 67.995 |
| Em atraso | 1.957 | 1.928 | Recursos do grupo | 28.034 | 24.775 |
| Em cobrança judicial - grupos em andamento | 17.289 | 18.492 | | | |
| TOTAL DO ATIVO | <u>1.212.975</u> | <u>1.005.198</u> | TOTAL DO PASSIVO | <u>1.212.975</u> | <u>1.005.198</u> |
| COMPENSAÇÃO | <u>10.075.004</u> | <u>7.896.547</u> | COMPENSAÇÃO | <u>10.075.004</u> | <u>7.896.547</u> |
| Previsão mensal de recursos a receber de consorciados | 70.174 | 57.843 | Recursos mensais a receber de consorciados | 70.174 | 57.843 |
| Contribuições devidas ao grupo | 5.044.770 | 3.962.535 | Obrigações do grupo por contribuições | 5.044.770 | 3.962.535 |
| Consortados - bens a contemplar | 4.960.060 | 3.876.169 | Bens ou serviços a contemplar - valor | 4.960.060 | 3.876.169 |
| | <u>11.287.979</u> | <u>8.901.745</u> | | <u>11.287.979</u> | <u>8.901.745</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓ
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E DE 2022

Em milhares de reais

| | Semestre findo em 30 de junho de 2023 | Semestre findo em 30 de junho de 2022 |
|--|--|--|
| DISPONIBILIDADES INICIAIS | <u>316.882</u> | <u>280.519</u> |
| Depósitos bancários | 1.492 | 230 |
| Aplicações financeiras do grupo | 74.716 | 49.694 |
| Aplicações financeiras vinculadas a contemplação | 240.674 | 230.595 |
| RECURSOS COLETADOS | <u>722.465</u> | <u>570.353</u> |
| Contribuições para aquisição de bens | 609.342 | 479.372 |
| Taxa de administração | 87.726 | 72.801 |
| Contribuições ao fundo de reserva | 3.033 | 2.466 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 16.516 | 11.149 |
| Multas e juros moratórios | 696 | 563 |
| Prêmios de seguro | 2.693 | 2.202 |
| Custas judiciais | 398 | 465 |
| Outros | 2.061 | 1.335 |
| RECURSOS UTILIZADOS | <u>(675.253)</u> | <u>(573.362)</u> |
| Aquisição de bens | (535.758) | (473.711) |
| Taxa de administração | (88.163) | (72.931) |
| Multas e juros moratórios | (348) | (282) |
| Prêmios de seguro | (3.091) | (2.205) |
| Custas judiciais | (551) | (475) |
| Devolução a consorciados desligados | (3.216) | (1.990) |
| Outros | (44.126) | (21.768) |
| DISPONIBILIDADES FINAIS | <u>364.094</u> | <u>277.510</u> |
| Depósitos bancários | 106 | 306 |
| Aplicações financeiras do grupo | 53.326 | 48.086 |
| Aplicações financeiras vinculadas a contemplação | 310.662 | 229.118 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
(Em milhares de reais - R\$)

Aos acionistas e clientes:

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, apresentamos as demonstrações financeiras relativas ao semestre em 30 de junho de 2023, bem como o parecer do auditor independente.

Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido da Volvo Administradora de Consórcio Ltda., em 30 de junho de 2023, é de R\$100.779 (R\$104.725 em 30 de junho de 2022) e o resultado do semestre foi um lucro líquido de R\$32.477 (R\$22.272 em 30 de junho de 2022).

Agradecemos aos acionistas, clientes e funcionários pela colaboração e apoio demonstrado durante o semestre.

Curitiba, 28 de agosto de 2023.

A DIRETORIA

VOLVO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Volvo Administradora de Consórcio Ltda. ("Consórcio"), controlada pelo Banco Volvo (Brasil) S.A., com sede em Curitiba - PR, iniciou suas atividades em 1994 e tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de caminhões, ônibus e equipamentos de construção da marca Volvo e está autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar sob a forma de Administradora de Consórcio. As suas atividades operacionais inserem-se no contexto dos negócios da Volvo do Brasil Veículos Ltda.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria do Consórcio em 25 de agosto de 2023.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Consórcio no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota nº 2.3.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Consórcio na elaboração das demonstrações financeiras, adotou somente os pronunciamentos aprovados pelo BACEN e vigentes no semestre de 2023, quando aplicável:

CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;

CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;

CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças da taxa de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;

CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;

CPC 04 (R1) - Ativo intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;

CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;

CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;

CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;

CPC 24 - Eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;

CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;

CPC 27 - Ativo imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;

CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20;

CPC 41 (R1) - Resultado por ação - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;

CPC 46 (R1) - Mensuração do valor justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;

CPC 47 - Receita de Contrato com cliente - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

2.1.1 Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 01.01.2022

Resolução BCB n.º 66, de 26 de janeiro de 2021. A norma consolida os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das administradoras de consórcio e das instituições de pagamento e sobre os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no registro contábil de aumento e de redução do capital social.

O Consórcio avaliou os impactos da adoção da norma e não identificou efeitos significativos.

Resolução BCB n.º 120, de 27 de julho de 2021. A norma dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos específicos para a aplicação desses princípios pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conforme o artigo 23 da Resolução BCB 120/2021, o CPC 47 deve ser aplicado prospectivamente a partir da data de entrada em vigor da Resolução. Os impactos dessa Resolução estão descritos na nota 2.2 - h.

Resolução BCB n.º 156, de 19 de outubro de 2021. A norma dispõe sobre os critérios e os procedimentos contábeis a serem observados pelas administradoras de consórcio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na escrituração dos grupos de consórcio.

O Consórcio avaliou a norma e registrou nas adequadas contas de compensação os valores relativos aos grupos encerrados (Nota 6).

2.1.2 Normas a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução BCB n.º 178, de 19 de janeiro de 2022. A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

A Resolução BCB n.º 178/2022 entra em vigor em 01.01.2025. O Consórcio iniciou a avaliação dos impactos da adoção do novo normativo, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.

Resolução BCB n.º 219, de 30 de março 2022. A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

A Resolução BCB n.º 219/2022 entra em vigor em 01.01.2025, exceto para alguns itens normativos, cuja vigência é a partir de 01.05.2022.

Os itens normativos vigentes a partir de 01.05.2022 contemplam os seguintes aspectos, aplicáveis às instituições sujeitas à norma:

- determinou que a mensuração de investimentos mantidos para venda ocorra pelo valor contábil deduzido de provisões para redução ao valor recuperável ou pelo valor justo deduzido das despesas para venda, dos dois o menor (art. 24);
- determinou a elaboração de plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida nessa Resolução (art. 67), até 31.12.2022, devendo esse plano ser divulgado, de forma resumida, nas notas explicativas às demonstrações contábeis relativas ao exercício/2022;
- facultou a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil Cosif, adicionalmente às demonstrações no padrão contábil internacional, conforme o disposto na Resolução BCB n.º 2/2020 (art. 68).

2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, quando aplicável, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

Em 30 de junho de 2023, o caixa e equivalentes de caixa do Consórcio era composto exclusivamente por suas disponibilidades (caixa).

b) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, a atualização é realizada com liquidez diária até a data do vencimento com a taxa de juros atual/contratada e descontado o valor presente de acordo com a curva de juros futura em conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido;

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Consórcio tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (nota nº 10).

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

d) Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição e a sua depreciação é calculada linearmente às taxas anuais de vida útil de 10% a 20%.

e) Intangível

Composto substancialmente de gastos logísticos demonstrados pelo custo e amortizados pelo método linear à taxa anual de vida útil de 20%.

f) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

g) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

h) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

i) Benefícios a empregados

O Consórcio opera com plano de pensão exclusivo, a cargo da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada. O plano é financiado por pagamentos proporcionais de acordo com os cálculos atualizados anualmente. O Consórcio tem apenas plano de contribuição definida.

O Consórcio faz contribuições para o plano privado, de forma contratual. O Consórcio não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

j) Resultados recorrentes e não recorrentes (Administradora)

Conforme definido pelo artigo 34 da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 define resultado não recorrente são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. O Consórcio não possui no semestre findo em 30 de junho de 2023 resultados não recorrentes.

2.3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes e perdas nos grupos de consórcio; (iii) créditos tributários; (iv) créditos de liquidação duvidosa. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira

| Tipo de aplicação | Remuneração anual média - % | Valor | Ajuste a | Valor de | Valor de |
|--|-----------------------------------|----------------|--------------|----------------|----------------|
| | | Custo | Valor de | mercado | mercado |
| | | 30 de | 30 de | 30 de | 31 de |
| | | junho | junho | junho | dezembro |
| | | de 2023 | de 2023 | de 2023 | de 2022 |
| Certificado de Depósito Bancário (CDB pós-ligadas) | 12,66 | 14.548 | (112) | 14.436 | 76.606 |
| Notas do Tesouro Nacional (NTN-B pré + inflação) | 9,94 | 4.589 | - | 4.589 | 4.460 |
| Certificado de Depósito Bancário (CDB) | 12,63 | 97.113 | (188) | 96.925 | 78.787 |
| Certificado de Depósito Bancário (CDB pré-ligada) | 12,34 | 2.409 | - | 2.409 | 2.317 |
| Total | | 118.659 | (300) | 118.359 | 162.170 |
| Ativo circulante | | 7.788 | (10) | 7.778 | 6.729 |
| Ativo não circulante | | 110.871 | (290) | 110.581 | 155.441 |

b) Classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

| | 30 de junho de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|--------------------------------|------------------------|---------------------------|
| Títulos disponíveis para venda | 118.359 | 162.170 |

Os títulos disponíveis para venda são representados por aplicações financeiras em títulos públicos federais e CDB com remuneração vinculada à variação do Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com os seguintes vencimentos:

| | Valor de mercado |
|----------------------------|------------------|
| A vencer em até 12 meses | 7.778 |
| A vencer acima de 12 meses | 110.581 |
| Total | 118.359 |

4. OUTROS VALORES E BENS

| | <u>30 de junho de 2023</u> | <u>31 de dezembro de 2022</u> |
|-----------------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|
| Despesa antecipada - Comissão (i) | 59.210 | 39.399 |
| Campanha de vendas (i) | <u>28.129</u> | <u>17.909</u> |
| Total | <u>87.339</u> | <u>57.308</u> |

Diferimento Campanha e Comissão Circulante e Não Circulante

| | <u>30 de junho de 2023</u> |
|-----------------------------|----------------------------|
| A diferir em até 12 meses | 27.076 |
| A diferir acima de 12 meses | <u>60.263</u> |
| Total | <u>87.339</u> |

- (i) Valores pagos e ainda não levados a resultado em função da adoção em 1º de janeiro de 2022 da Resolução do Banco Central do Brasil nº 120, de 27 de julho de 2021 vinculada ao Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (CPC 47). As despesas de comissão e campanha de venda, as quais referem-se a valores pagos vinculados a cotas de consórcio, passaram a ser registradas como custos incrementais, nos termos do CPC 47, amortizáveis no decorrer do prazo dos contratos.

5. OUTROS CRÉDITOS

| | <u>30 de junho de 2023</u> | <u>31 de dezembro de 2022</u> |
|--|--------------------------------|-----------------------------------|
| Adiantamentos e antecipações salariais | 83 | 23 |
| Pis e Cofins a Recuperar | 10.783 | 7.367 |
| Imposto de renda a Recuperar | 562 | 1.694 |
| Valores em Trânsito | <u>655</u> | <u>1.755</u> |
| Total – Circulante | <u>12.083</u> | <u>10.839</u> |

6. RECURSOS DE GRUPOS ENCERRADOS E RECURSOS PENDENTES DE RECEBIMENTO

| | <u>30 de junho de 2023</u> | <u>31 de dezembro de 2022</u> |
|---|--------------------------------|-----------------------------------|
| Recursos de Grupos encerrados conta passiva | <u>4.589</u> | <u>4.460</u> |

Representam os recursos a devolver a consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, transferidos para a Administradora e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados, os quais são atualizados monetariamente e acrescidos dos recursos pendentes de recebimento em cobrança judicial, nos grupos encerrados. Sendo assim, seguindo as determinações da Carta-Circular BACEN nº 3.047/02 e Instrução normativo do Banco Central do Brasil nº 208 de 15 de dezembro de 2021, a Administradora possui em 30 de junho de 2023, os saldos de R\$4.589 em conta de passivo circulante e R\$ 32.820 em conta de compensação, (2022 - R\$4.460 de recursos não procurados, registrados como obrigações no passivo circulante) e R\$- em conta de compensação (2022 - R\$24.882 conta ativa e passiva) referentes a recursos ainda pendentes de recebimento em cobrança judicial, os quais serão rateados aos grupos quando de seu recebimento efetivo, registrados no ativo e passivo não circulante.

7. PROVISÃO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

| | 30 de junho de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|--|------------------------|---------------------------|
| Comissões a pagar – terceiros | 7.292 | 9.897 |
| Comissões a pagar - partes relacionadas | 625 | 1.102 |
| Gratificações a funcionários | 703 | 719 |
| Campanha de Vendas | 10.231 | 11.076 |
| Serviço técnico especializado | 887 | 317 |
| Outros valores a pagar - partes relacionadas | 280 | 276 |
| Outros | 1.344 | 934 |
| Valores em Trânsito – Aplicação Tit.Públicos | 2.549 | - |
| Total – Circulante | 23.911 | 24.321 |

8. PROVISÕES

a) Composição

| | 30 de junho de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|--|------------------------|---------------------------|
| <u>Passivo circulante</u> | | |
| Provisões com férias | 317 | 319 |
| Provisão para perdas nos grupos de consórcio (i) | 1.176 | 790 |
| SubTotal | 1.493 | 1.109 |
| | 30 de junho de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
| <u>Passivo não circulante</u> | | |
| Provisão para contingências (ii) | 8.494 | 7.006 |
| Provisão para perdas nos grupos de consórcio (i) | - | - |
| SubTotal | 8.494 | 7.006 |
| Total | 9.987 | 8.115 |

- (i) Provisão para cobrir as responsabilidades da Administradora no encerramento de grupos em andamento. A provisão está alocada no passivo circulante pelo fato de que os grupos provisionados serão encerrados dentro do período de 12 meses.

- (ii) A natureza das obrigações refere-se, principalmente, a processos cíveis com discussões de itens contratuais, classificadas pela Administração como de risco de perda provável.

b) Movimentação no período

| | Provisão para perdas nos grupos de consórcio | Provisão para contingências | Outras provisões | Total |
|------------------------------------|--|--------------------------------|---------------------|--------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 790 | 7.006 | 319 | 8.115 |
| Constituição (reversão) | 386 | 1.488 | (2) | 1.872 |
| Saldo em 30 de junho de 2023 | <u>1.176</u> | <u>8.494</u> | <u>317</u> | <u>9.987</u> |

| | Provisão para perdas nos grupos de consórcio | Provisão para contingências | Outras provisões | Total |
|------------------------------------|--|--------------------------------|---------------------|--------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 1.037 | 5.172 | 263 | 6.472 |
| Constituição (reversão) | 438 | 791 | 76 | 1.305 |
| Saldo em 30 de junho de 2022 | <u>1.475</u> | <u>5.963</u> | <u>339</u> | <u>7.777</u> |

Perdas possíveis

O Consórcio mantém um sistema de acompanhamento para os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso para os casos em que consta como ré e a probabilidade de êxito dos casos em que consta como parte autora. Os processos administrativos e judiciais são acompanhados continuamente por escritórios especializados e, se necessário, é realizada a reclassificação de risco. Os processos contingentes de natureza fiscal avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, em observância a Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.

O Consórcio possui um pedido de compensação (Per/Dcomp) referente ao saldo negativo de IRPJ do ano de 2015, homologado parcialmente e em fase de manifestação de inconformidade envolvendo risco de perda classificado pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no valor de R\$ 672 mil (R\$ 647 mil 2022).

9. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO A APROPRIAR

Representam valores correspondente a taxa de administração recebidos de consorciados e ainda não levados a resultado em decorrência da adoção, a partir de 1º de janeiro de 2022, da Resolução do Banco Central do Brasil nº 120, de 27 de julho de 2021, a qual determina a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (CPC 47). Em decorrência desse pronunciamento, as receitas de prestação dos serviços passaram a ser contabilizados pelo regime de competência, nos termos do item “9.e” do referido pronunciamento. O prazo médio de diferimento da receita, a qual leva em consideração o prazo das cotas, é de 63 meses e, do montante registrado em 30 de junho de 2023, R\$ 20.965, será apropriado no curto prazo, (31 de dezembro de 2022 - R\$9.828) e R\$ 54.704 no longo prazo, (31 de dezembro de 2022 - R\$41.768).

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, as transações realizadas pela Administradora com partes relacionadas compreendem aplicações de depósito a prazo, contratadas com taxas de mercado, e despesas administrativas referentes a contratos específicos de prestação de serviços.

| | Títulos e valores mobiliários | | Receitas financeiras | | Despesas de prestação de serviços | | Outros ativos (passivos) | |
|--------------------------------|-------------------------------|--------|----------------------|-------|-----------------------------------|---------|--------------------------|-------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Banco Volvo (Brasil) S.A. | 99.334 | 74.966 | 2.987 | 4.841 | (1.560) | (1.560) | (260) | (260) |
| Volvo do Brasil Veículos Ltda. | - | - | - | - | (129) | (267) | (20) | (16) |
| Dipesul Veículos Ltda. | - | - | - | - | - | - | (190) | (356) |
| Lapônia Sudeste Ltda. | - | - | - | - | - | - | (435) | (746) |

O Consórcio não concedeu empréstimos ao Pessoal Chave da Administração no semestre.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o capital social está dividido em 21.955.074 cotas com valor nominal unitário de R\$1,00 totalmente integralizado, sendo 21.955.073 cotas pertencentes ao Banco Volvo (Brasil) S.A.

O lucro líquido apurado em cada semestre é destinado de acordo com a deliberação dos cotistas representando a maioria do capital social, observadas as determinações legais pertinentes. Em 22 de fevereiro de 2023 os quotistas deliberaram, pela aprovação da distribuição de dividendos, à conta de Lucros Acumulados, no valor de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais).

12. IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

| | 30 de junho de 2023 | 30 de junho de 2022 |
|--|------------------------|------------------------|
| Resultado antes da tributação | 48.976 | 33.693 |
| Imposto de Renda sobre o Lucro - Alíquota 25% | (12.244) | (8.424) |
| Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota de 9% | (4.408) | (3.032) |
| Total do Imposto de Renda e Contribuição Social pelas Alíquotas Vigentes | (16.652) | (11.455) |
| Dedução Incentivos Fiscais | 153 | 33 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | <u>(16.499)</u> | <u>(11.422)</u> |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes | (12.507) | (12.318) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | (3.992) | 896 |

a) Tributos diferidos

| | 31 de dezembro de 2022 | Movimentação | 30 de junho de 2023 |
|--|---------------------------|-----------------|------------------------|
| Passivos contingentes e perdas nos grupos de consorcio | 7.796 | 1.873 | 9.669 |
| Outras provisões | 856 | 436 | 1.292 |
| Provisão de comissão | 7.282 | (3.060) | 4.222 |
| Provisão de campanha | 11.076 | (845) | 10.231 |
| Outras Provisões Valores a Pagar | 1.576 | (688) | 888 |
| Participação nos lucros | 364 | (73) | 291 |
| Receita Diferida CPC 47 | 51.596 | 24.073 | 75.669 |
| Impostos Receita Diferida CPC 47 | (7.352) | (3.431) | (10.783) |
| Campanha e Comissão Diferidas CPC 47 | (57.308) | (30.030) | (87.338) |
| Total | <u>15.886</u> | <u>(11.745)</u> | <u>4.141</u> |
| Alíquota | 34% | 34% | 34% |
| Tributos Diferidos Ativos | 5.400 | (3.992) | 1.408 |

Os créditos tributários são provenientes de provisões contábeis temporariamente indedutíveis e sobre a neutralidade fiscal aplicada ao reconhecimento de receitas de contratos de clientes em observância ao CPC 47 sobre os quais foram contabilizados créditos tributários ativos, no montante de R\$1.408 (2022 - R\$5.400).

A Administradora não possuía base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal para fins de imposto de renda em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

| <u>Ano</u> | <u>Diferenças temporárias</u> |
|------------|-------------------------------|
| 2023 | 6.019 |
| 2024 | (602) |
| 2025 | (732) |
| 2026 | (732) |
| 2027 | (1.454) |
| 2028 | (1.091) |
| Total | <u>1.408</u> |

b) Movimentação no período

| | <u>Diferenças temporárias</u> |
|-----------------------------------|-------------------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 5.401 |
| Créditos tributários constituídos | 1.268 |
| Créditos tributários utilizados | <u>(5.261)</u> |
| Saldo em 30 de junho de 2023 | <u>1.408</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 7.348 |
| Créditos tributários constituídos | 2.282 |
| Créditos tributários utilizados | <u>(1.386)</u> |
| Saldo em 30 de junho de 2022 | <u>8.244</u> |

O valor presente dos créditos tributários de diferenças temporárias, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 2.818 (2022 - R\$5.421).

13. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

| | <u>Alíquota</u> | <u>30 de junho de 2023</u> | <u>30 de junho de 2022</u> |
|---|-----------------|----------------------------|----------------------------|
| Imposto sobre Serviços (ISS) | 5% | 3.409 | 3.702 |
| Programa de Integração Social (PIS) | 1,65% | 1.182 | 773 |
| Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) | 7,6% | <u>5.522</u> | <u>3.629</u> |
| Total | | <u>10.113</u> | <u>8.104</u> |

14. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | 30 de junho de 2023 | 30 de junho de 2022 |
|---------------------------------------|------------------------|------------------------|
| Despesas de comissões e campanhas (*) | 6.906 | 1.231 |
| Despesas de pessoal | 1.849 | 1.682 |
| Despesas de prestação de serviços | 2.482 | 2.567 |
| Previdência social e complementar | 395 | 377 |
| Viagens | 134 | 79 |
| Processamento de dados | 444 | 309 |
| Propaganda e publicidade | 903 | 883 |
| Outros | 736 | 643 |
| Total | 13.849 | 7.771 |

(*) Conforme mencionado na nota nº 2.2 h, as despesas de comissão e campanha de marketing, registradas como custos incrementais, nos termos do CPC 47, passaram a ser amortizáveis no decorrer do prazo do contrato.

15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Referem-se, principalmente, à constituição de provisões para contingências e perdas nos grupos de consórcio no valor de R\$4.547 (2022 - R\$1.305).

16. RECURSOS DE CONSÓRCIOS

As demonstrações dos recursos de consórcios representam a consolidação das posições individualizadas de cada grupo e é mantida nos balancetes mensais da Administradora em contas de compensação. As principais rubricas são representadas por:

a) Aplicações financeiras

São os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, aplicados em títulos públicos atualizados até a data de encerramento das demonstrações financeiras. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de cada grupo, por ocasião das assembleias mensais, não incidindo taxa de administração sobre os eles.

b) Recursos a devolver a consorciados

Correspondem aos valores atualizados a serem pagos aos consorciados desistentes, líquidos da taxa de administração retida pelo consórcio.

c) Recursos coletados

Representam os pagamentos das prestações feitos pelos grupos. O valor das prestações mensais é determinado com base no valor do bem, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração e do fundo de reserva.

O fundo de reserva destina-se, principalmente, à cobertura de eventuais insuficiências de caixa de cada grupo e é constituído com 0,30% a 1% sobre as prestações recebidas e pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras das disponibilidades de cada grupo.

d) Recursos utilizados

Representam os desembolsos efetuados por conta dos grupos de consórcio com a aquisição de bens para os consorciados contemplados e para sua manutenção, inclusive a taxa de administração, a qual é cobrada dos participantes sobre as prestações mensais recebidas com taxas variáveis de 10,50% a 14,00%.

e) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundos comuns e de reserva) de consorciados. O montante foi calculado com base nos preços dos bens vigentes em 30 de junho de 2023. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições (fundos e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final de cada grupo. O saldo, em 30 de junho de 2023, está representado por contribuições devidas por 28 grupos (2022 - 30), correspondendo a 12.924 consorciados (2022 - 13.259).

f) Consorciados - bens a contemplar e obrigações por futuras contemplações

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens vigente no fim do período.

g) Demonstração das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

h) Sumário das operações de consórcio de caminhões e ônibus

| | Quantidade de grupos | Quantidade de cotas | | Quantidade de cotas ativas | | Cotas quitadas |
|------|----------------------|---------------------|------------------|----------------------------|---------------|----------------|
| | | Contempladas | Não contempladas | Em dia | Inadimplentes | |
| 2023 | 28 | 6.637 | 6.287 | 12.108 | 816 | 1.973 |
| 2022 | 30 | 6.850 | 6.409 | 12.455 | 804 | 2.253 |

Em 30 de junho de 2023, as prestações em atraso montam a R\$19.246 (2022 - R\$18.607) incluindo as ajuizadas.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Durante o semestre findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o Consórcio não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

18. GESTÃO DE RISCOS

O Consórcio, instituição integrante da divisão Volvo Financial Services do Grupo Volvo, gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes globais e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoração de ameaças a que nossos negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis. Para o Grupo Volvo, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

O Consórcio é parte do Conglomerado Prudencial do Banco Volvo (Brasil) S.A. o qual realiza periodicamente avaliação dos riscos de mercado, de crédito, liquidez e operacional, assim como possui estrutura de gerenciamento de riscos.

19. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

a) Fundo de pensão

A suplementação da aposentadoria dos funcionários está a cargo da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, estabelecida sob a forma de sociedade civil de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. O Consórcio, por ser um dos patrocinadores, é responsável pelas contribuições proporcionais definidas de acordo com os cálculos atualizados anualmente.

b) Planos de benefícios

A modalidade desse plano é contribuição definida na formação das reservas e também no pagamento da renda mensal a partir da aposentadoria. Apenas aos participantes admitidos pela patrocinadora até o dia 27/05/2011 e que tenham 55 anos de idade completos ou mais na data de eficácia da alteração do Plano (05/07/2021), há a opção por benefício definido no pagamento da renda mensal vitalícia a partir da aposentadoria. Durante o semestre findo em 31 de dezembro de 2022, a Administradora efetuou contribuições no montante de R\$67 (2021 - R\$55), referentes à contribuição normal e custeio administrativo.

c) Passivo atuarial

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

| | 2022 | 2021 |
|---|-------------|-------------|
| Valor presente das obrigações atuariais | (99.944) | (98.998) |
| Valor justo dos ativos | 127.768 | 131.719 |
| Superávit atuarial | 27.824 | 32.721 |

Os ganhos identificados estão relacionados à rentabilidade dos ativos do plano - diferenças entre as premissas atuariais e o que ocorreu efetivamente, sendo assim considerados ganhos atuariais. Estes ganhos não são reconhecidos pelo Consórcio, de acordo com o Pronunciamento CPC 33 - Benefícios a empregados.

d) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, no exercício findo em 31 de dezembro são as seguintes:

| | 2022 | 2021 |
|--|----------------------------------|----------------------------------|
| Hipóteses econômicas | | |
| Taxa de desconto | 9,92% a.a. (inflação + 5,72%) | 8,65% a.a. (inflação + 5,08%) |
| Taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano | 9,92% a.a. (inflação + 5,72%) | 8,65% a.a. (inflação + 5,08%) |
| Crescimentos salariais futuros | N/A | N/A |
| Crescimento dos benefícios da Previdência Social e dos limites | 3,97% a.a. (inflação + 0%) | 3,40% a.a. (inflação + 0%) |
| Estimativa de inflação no longo prazo | 3,97% a.a. | 3,40% a.a. |

| | 2022 | 2021 |
|-----------------------------------|---|---|
| Hipóteses demográficas | | |
| Tábua de mortalidade | AT-2000 segregada por sexo e suavizada em 40% | AT-2000 segregada por sexo e suavizada em 40% |
| Tábua de mortalidade de inválidos | AT-2000 média suavizada em 20% | AT-2000 média suavizada em 20% |
| Tábua de entrada em invalidez | N/A | N/A |

20. CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração avaliou a capacidade de o Consórcio continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Apesar da gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando a experiência do Consórcio no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

21. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO BCB Nº 219, DE 30 DE MARÇO DE 2022

Conforme determina o artigo 67 da Resolução 219/2022, o Consórcio aprovou o plano de implementação de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação brasileira, considerando que o Consórcio já possui o modelo requerido para elaboração das demonstrações reportadas para seu controlador (IFRS 9). O Banco Central do Brasil ainda não divulgou as normas complementares à Resolução para um diagnóstico completo da adequação do modelo já existente. Portanto, o plano de implementação seguirá as seguintes fases:

- (i) Revisão do modelo de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros que atualmente é utilizado pelo Consórcio no reporte para a matriz em IFRS. Esta etapa irá contemplar um diagnóstico dos critérios do modelo já implementado, incluindo também os modelos de provisionamento e processos existentes na classificação de ativos problemáticos. Esta etapa será concluída até dezembro/2023.
- (ii) Caso identificado alguma inconformidade no modelo existente, serão implementados ajustes no processo e nos sistemas de avaliação para que o modelo tenha aderência ao normativo. Esta etapa será concluída até dezembro/2024.
- (iii) Adoção da metodologia nas demonstrações financeiras divulgadas no Brasil a partir de janeiro/2025.

MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA

DIRETOR-PRESIDENTE

Carlos Eduardo Modeli Ribeiro

DIRETORES

Edsel Guidi Filho

Felipe Brandão

Henrique Ferreira Borges

CONTADOR

Anderson Lodovico

CRC PR 045454/O